



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
4ª VARA CÍVEL

Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 594, 2º andar, salas 202 e 204, Casa Verde - CEP 02546-000, Fone: (11)-3951-2525, São Paulo-SP - E-mail: santana4cv@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo: **1023722-24.2015.8.26.0001 - Execução de Título Extrajudicial**
 Exeqüente: **Maria Manoela Faria de Carvalho e outro**
 Mocambique, 166, Parque Oratorio - CEP 09251-110, Santo André-SP
 Executado: **Janete de Menezes Bueno e outros**
 Rua Luso, 488, Lote 15, quadra G, Condominio Refugio dos Pinheiros - CEP 06690-520, Itapevi-SP

Vistos.

As executadas Ludmila L. Menezes Bueno e Luciana F. B. Tavares foram citadas, conforme fls.367 e 377/378 respectivamente.

Fls.369/376: Uma vez que a executada Janete de Menezes Bueno e o Dr. Rodrigo K. Di Santo não possuem procuração outorgada pelos executados Laércio e Ludmila, não possuem poderes para falar em nome dos mesmos e portanto mantenho a decisão de fls.347/348, que considerou válida a citação do executado **Laércio de Menezes Bueno**. Da mesma maneira, considero válida a citação da executada Ludmila L. Menezes Bueno. Eventual nulidade das citações deverá ser arguida pelos próprios executados e/ou procurador, devidamente constituído nos autos.

Expeça-se carta para intimar o executado **Laércio de Menezes Bueno** da penhora on line realizada em sua conta bancária, conforme despacho de fls.347/348.

A parte exequente requereu a penhora de um imóvel indivisível.

Com isso, aplica-se ao caso a norma do artigo 843 do Código de Processo Civil: *Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.*

Destarte, **DEFIRO** a penhora sobre a integralidade do imóvel objeto da matrícula nº 147.145 do 15º CRI.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO PAULO****4ª VARA CÍVEL**

Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 594, 2º andar, salas 202 e 204, Casa Verde - CEP 02546-000, Fone: (11)-3951-2525, São Paulo-SP - E-mail: santana4cv@tjsp.jus.br

Fica nomeado o atual possuidor do bem como depositário, independentemente de outra formalidade.

Servirá a presente decisão, assinada digitalmente, como termo de constrição.

Providencie-se a averbação da penhora, pelo sistema ARISP, se possível, cabendo ao patrono da parte exequente informar nos autos o e-mail para envio do respectivo boleto bancário para pagamento, comprovando nos autos em seguida.

Não sendo possível a penhora eletrônica, fica, desde já, determinada a expedição de certidão de inteiro teor do ato, mediante o recolhimento das custas, cabendo à parte exequente providenciar a averbação no respectivo ofício imobiliário.

Registre-se que a utilização do sistema *on line* não exige o interessado do acompanhamento direto, perante o Registro de Imóveis, do desfecho da qualificação, para ciência das exigências acaso formuladas.

Intime(m)-se o(s) executado(s), na pessoa de seu advogado, ou, na ausência, pessoalmente, por via eletrônica ou carta direcionada ao endereço de citação ou último endereço cadastrado nos autos, acerca da penhora.

Providencie-se, ainda, a intimação, pessoal ou na pessoa do representante(s) legal, de eventual(is) cônjuge, de credor(es) hipotecário(s) e coproprietário(s), e demais pessoas previstas no art. 799, do Código de Processo Civil.

Havendo qualquer registro ou averbação de arrolamento, garantia ou penhora em favor da Fazenda Pública, deverá providenciar o necessário para a ciência inequívoca, mediante a intimação pessoal, sob pena de nulidade.

Caberá à parte exequente indicar o endereço e recolher as

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO PAULO****4ª VARA CÍVEL**

Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 594, 2º andar, salas 202 e 204, Casa Verde - CEP 02546-000, Fone: (11)-3951-2525, São Paulo-SP - E-mail: santana4cv@tjsp.jus.br

respectivas despesas, sob pena de nulidade.

Após a efetivação da medida, intime-se a parte exequente para que no prazo de 20 dias se manifeste em termos de prosseguimento.

Para fins de avaliação, nomeio como perito judicial o(a) Sr(a) **Joaquim Vicente de Rezende Lopes**.

Intime-se o(a) Perito(a) Judicial para que apresente a estimativa dos honorários e das despesas periciais, em 5 (cinco) dias.

Feita a estimativa, manifestem-se as partes no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Caberá à parte exequente a antecipação dos valores, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescendo os valores dos honorários ao montante da execução.

Com o depósito dos honorários e despesas periciais, intime-se o(a) Perito(a) a apresentar o laudo no prazo de 30 (trinta) dias.

Em caso de inércia por prazo superior a 30 (trinta) dias, arquivem-se os autos.

Por fim, deverá manifestar se deseja a adjudicação e/ou alienação, requerendo e providenciando o necessário para sua efetivação.

Em caso de inércia por prazo superior a 30 (trinta) dias, arquivem-se os autos.

Intimem-se.

São Paulo, **25 de outubro de 2017**.

Juíza de Direito Dra. Fernanda de Carvalho Queiroz

Documento assinado digitalmente nos termos da lei 11.419/2006, conforme impressão à margem direita